

ANC

ku

# PMDB e Centrão negociam sistema de seguridade social

Da Sucursal de Brasília

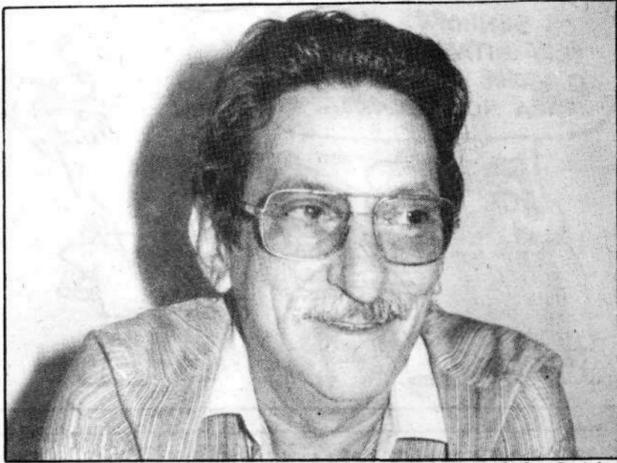


No início da semana, a liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) tenta fechar um acordo com o Centrão para a votação global do capítulo "Da Seguridade Social", que abre, na próxima quinta ou sexta-feira, a votação do título "Da Ordem Social". Ao negociar em bloco, o PMDB procura manter, ao máximo, propostas para as áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social aprovadas pela Comissão de Sistematização.

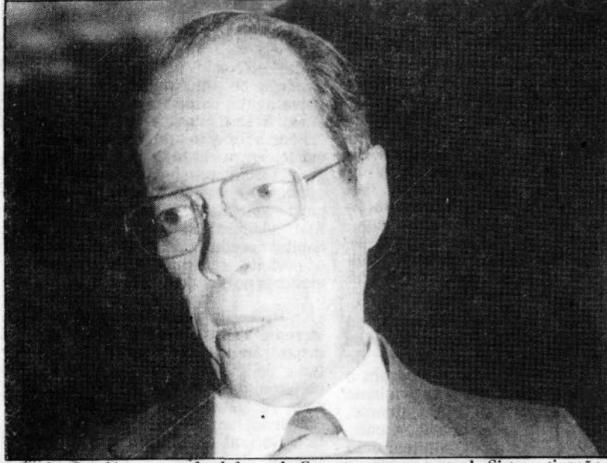
A proposta "Da Seguridade Social", que inclui um conjunto integrado de ações que atendam os direitos relativos a essas três áreas, é uma inovação constitucional. A Carta em vigor não traz este conceito. Apesar de divergir em alguns pontos com a Saúde, o Centrão concorda com a aprovação do sistema integrado.

"Há uma forte expectativa de que cheguemos a um projeto bom. Publicamente, nenhum membro do Centrão tem coragem de condenar a proposta da Seguridade", disse o senador Almir Gabriel (PA), coordenador das negociações em nome do PMDB. Se de um lado ele trabalha com o apoio dos ministros Roberto Santos (Saúde) e Renato Archer (Previdência Social), do outro tem a oposição da Associação Brasileira de Medicina para a área da Saúde.

Um dos principais embates entre a liderança do PMDB e o Centrão ocorrerá na votação do segundo artigo do capítulo, onde estão fixadas as formas de financiamento da Seguridade, ou seja, de onde virão os recursos que viabilizem os projetos



O senador Almir Gabriel (PA) é o negociador do PMDB para a Ordem Social



Carlos Sant'Anna, um dos líderes do Centrão, quer o texto da Sistematização

da Saúde, da Previdência e da Assistência Social.

## Finsocial

Pelo projeto da Sistematização, a Seguridade será financiada "compulsoriamente por toda a sociedade", enquanto o Centrão restringe a contribuição ao propor que a Seguridade será "financiada pela sociedade". Depois de resolvido este ponto, o plenário terá de optar sobre o volume de contribuições destinados à Seguridade.

A Sistematização destina o Finsocial (uma contribuição que incide sobre 0,5% do faturamento e do lucro das empresas) para a Seguridade. Atualmente, o Finsocial é repartido entre vários ministérios. O deputado José Serra (PMDB-SP), um dos principais responsáveis pela reforma tributária aprovada pelo

Congresso constituinte, deu aval ao repasse.

É uma proposta polêmica, que foi excluída do texto do Centrão. Apesar de parte do grupo concordar com a proposta, parcela significativa do Centrão quer a manutenção da estrutura atual: a contribuição dos empregadores incide apenas sobre a folha de salários. "É uma proposta draconiana. São mantidos os benefícios, mas os recursos diminuem", disse Gabriel. Embora discorde de vários pontos do projeto da Sistematização, o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) concorda com o novo destino do Finsocial, carregando votos do Centrão.

Quanto às outras contribuições destinadas à Seguridade, que incidem sobre os salários dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognóstico (Loto, Loteria Espor-

tiva e Federal), não há discordâncias.

Depois de um forte "lobby" de entidades de serviço social e de formação profissional (Sesc, Senai, Senac e Sesi), os dois projetos mantêm as contribuições compulsórias dos empregadores a estas instituições. Alguns parlamentares ainda pensam em excluir a obrigatoriedade desta contribuição, alegando que a nova Constituição não pode "engessar" o assunto.

## Estatização

Embora nenhum ponto tenha sido posto como inegociável, os dois grupos têm posições antagônicas para a área de Saúde. "O projeto da Sistematização é estatizante", disse Oliveira, recebendo o credenciamento dos coordenadores do Centrão. Contra o texto da Sistematização,

que já foi apoiado num manifesto pelo governador Moreira Franco (RJ), pelo secretário de Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti e pelas entidades sindicais CUT e CGT, na próxima terça-feira, mais de trinta constituintes médicos lançam um documento.

Além de discutir o Sistema Único de Saúde proposto pela Sistematização e rechaçado pelo Centrão, o plenário do Congresso constituinte certamente aprovará um dispositivo constitucional que prevê a criação de uma lei futura, dispondo sobre a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante e pesquisa, proibindo todo tipo de comercialização.

Os dois projetos incluem esta proposta, mas o senador José Fogaça (PMDB-RS) pretende apresentar uma emenda ampliando o alcance

da futura lei: ele proíbe a comercialização sobre a coleta e a transfusão de sangue e derivados.

Se os constituintes se entendem sobre um assunto que já tramita na Câmara dos Deputados, através de um projeto de lei encaminhado depois da morte do cartunista Henfil por Aids (contraída numa transfusão sanguínea), se desentendem certamente em duas propostas: 1) o alcance de controle e fiscalização que o Poder Público terá sobre a produção de medicamentos e equipamentos e 2) se executará ou cooperará com as ações da "saúde ocupacional" (saúde voltada para o trabalhador). O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) tem uma emenda que tenta ampliar as medidas de proteção aos trabalhadores, previstas pela Sistematização e excluídas pelo Centrão.

Os dois projetos asseguraram assistência social, independente de contribuição, a todos. Atualmente, apenas quem contribui à Previdência Social tem este direito. Não há nenhuma discordância fundamental entre os dois grupos quanto à abrangência da assistência: proteção à família, à infância, à maternidade e à velhice encabeçam as áreas de atuação da Assistência Social.

O texto da Sistematização garante, porém, a concessão de pensão mensal vitalícia, na forma da lei, a todo cidadão, a partir de 65 anos, independentemente de prova de recolhimento de contribuição para a Seguridade Social. Pelo projeto do Centrão, este direito é restrito aos idosos que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção.

O conjunto proposto pela Seguridade Social se completa com a área de Previdência Social, que tem apenas um ponto polêmico: a fórmula de cálculo da aposentadoria. (Rita Tavares)

## Cálculo da aposentadoria é questão polêmica

Da Sucursal de Brasília

Os constituintes querem alterar o cálculo que determina o valor da aposentadoria paga pela Previdência Social. Além das propostas da Comissão de Sistematização e do Centrão, outras emendas sobre o assunto serão analisadas pelo plenário do Congresso constituinte. Este é o ponto mais polêmico de toda seção da Previdência.

A Comissão de Sistematização aprovou um texto que poderá levar à bancarrota a Previdência, se for referendado pelo plenário. A partir de uma emenda do deputado Flórceno Paixão (PDT-RS), ficam asse-

guradas aposentadorias com salário integral, garantido o reajuste para preservação, em caráter permanente de seu valor real.

A proposta elimina o atual teto de 20 salários-mínimos (Cz\$ 118.360,00 em maio) para a aposentadoria paga pela Previdência. Assim, existiriam "aposentadorias-mara-jás", que levariam a Previdência à falência. Atualmente, 77% dos recursos do ministério são destinados a aposentadorias de cinco salários-mínimos (Cz\$ 29.590,00).

Paixão disse, logo após a votação da Sistematização, que a redação de sua proposta estava errada, defendendo a inclusão da palavra "con-

tribuição" após "salário". Se vingar esta nova fórmula, o texto não tratará no prazo da contribuição para o cálculo final. A definição ficaria com a lei ordinária. "É perigoso estabelecer este cálculo na Constituição. Deveríamos ter apenas um indicador", disse o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que negocia em nome da liderança do partido.

Apesar de ser mais precisa, a proposta do Centrão causa polêmica. O valor da aposentadoria seria calculado com base na média dos salários-contribuição dos últimos 12 meses, assegurados reajustes que a preservassem. Gabriel afirmou que

esta fórmula poderá levar a "acordos espúrios" entre empregadores e empregados para elevação falsa dos últimos salários, lesando os cofres da Previdência.

Atualmente, o ministério calcula o valor da aposentadoria com base no salário-contribuição dos últimos 36 meses, reajustando o valor do último ano. Esta fórmula tende a achatá-la a aposentadoria recebida pelo contribuinte. Como alternativa, há uma emenda propondo que o cálculo baseie-se no salário-contribuição dos últimos 12 meses, incluindo a possibilidade de auditorias, que prove o efetivo recebimento do valor declarado.

## Plenário vota hoje desapropriação de imóveis urbanos, se tiver quórum

Da Sucursal de Brasília

Se houver número suficiente de deputados e senadores em plenário, o Congresso constituinte votará hoje as regras para a política urbana no país. As principais decisões, neste capítulo, deverão envolver a propriedade de imóveis urbanos. O Centrão e a liderança do PMDB já firmaram um acordo sobre os principais temas.

Em primeiro lugar, deverão ser taxadas ou mesmo desapropriadas áreas "não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas". Nos casos de desapropriação por interesse públi-

co, haverá "prévia e justa" indenização ao proprietário, paga em dinheiro. O Congresso constituinte também deverá estipular o uso urbano: quem ocupar uma área de mais de 250 metros quadrados durante mais de cinco anos, utilizando-a para "sua moradia ou de sua família", terá direito de propriedade. Isto acontecerá desde que não haja contestação à ocupação do terreno e que o beneficiado pelo uso não seja proprietário de outros imóveis, urbanos ou rurais.

Caso se confirme o acordo, o capítulo poderá ser votado integralmente hoje.

## Grupo pretende fazer mudanças no texto da saúde

Da Redação

O projeto da Comissão de Sistematização define a saúde como sendo um dever do Estado, com a existência de um sistema nacional único e a participação supletiva da iniciativa privada através de concessões reguladas por contratos de Direito Público. O Centrão tentará modificar o texto aprovado na Sistematização, considerado por seus integrantes como estatizante e ineficaz.

A proposta do grupo tem sido apoiada por representantes do setor médico privado. Chafic Farhat, 46, presidente do Sindicato dos Hospitais de São Paulo, por exemplo, entende que o texto da Sistematização "fecha o cerco sobre a iniciativa privada". Esta opinião é compartilhada por Mário Martins Filho, 44, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramege), que considera o governo falido no que diz respeito ao setor de saúde. Os lobbies das duas posições têm atuado a todo vapor, articulando suas pressões finais.

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo no Congresso constituinte anunciou ser favorável ao projeto da Sistematização fato que torna a tarefa do Centrão mais difícil. Outros defensores do projeto da Sistematização não o consideram estatizante e têm a seu lado a opinião de Sérgio Arouca, 45, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio, que vê garantida no seu texto o espaço para o exercício da medicina liberal e da iniciativa privada, ao lado da garantia de uma participação mais efetiva do Estado no controle dos serviços de saúde nacionais.

Um dos principais objetivos da Sistematização é o de aumentar o grau de rigidez na contratações de empresas médicas que queiram prestar serviços ao governo, evitando que os hospitais selecionem por critérios econômicos os tipos de internações e de atendimento à população. Segundo o secretário estadual de Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, "as internações hospitalares podem ser divididas nas que trazem risco para a sanidade econômica do hospital e as que não têm risco". Pinotti, que adota uma posição intermediária entre as duas propostas, disse ainda que não se pode admitir que interesses econômicos prejudiquem o atendimento de saúde à população, mas que o Estado deve, por sua parte, pagar um bom preço pelos procedimentos médicos adotados nas empresas contratadas.

Ao comentar o projeto do Centrão, Pinotti afirmou que este apresenta o inconveniente de dificultar uma reorganização de sistema de saúde, o que somente seria possível com a transferência de parcelas das responsabilidades pelo atendimento médico da população aos Estados e municípios.